

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO POLÍTICA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – SINTE/SC – E SUA RELAÇÃO COM A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT – ENTRE A DÉCADA DE 1980 E INÍCIO DOS ANOS 2000¹

José Roberto Carvalho do Nascimento² - zerobertocn@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa teve como objeto de estudo o SINTE/SC, analisando as suas estratégias de ações políticas e também a sua relação com a CUT. Desta forma, procurou-se contextualizar o objeto da pesquisa inserido-o no movimento sindical brasileiro no período correspondente a sua delimitação temporal, situando-o na conjuntura de recomposição da organização da classe dos trabalhadores numa época as manifestações popular eram reprimidas. A década de 1980 mantém-se com uma política econômica de arrocho salarial e de alto índice inflacionário. O SINTE/SC não ficou ausente neste período de grandes mobilizações dos trabalhadores e integrou-se nesta onda de manifestações. A partir da década de 1990 começa a implantação da política neoliberal e, conseqüentemente, a diminuição do Estado em relação à aplicação de verbas para as áreas sociais, principalmente os da saúde e educação, o que faz atingir diretamente os trabalhadores em educação. Novamente o SINTE/SC enfrenta os respectivos governos de Santa Catarina que também aplicaram essa política econômica no Estado. Foram coletadas informações para a análise nos documentos escritos, como as documentações dos Encontros e dos Congressos Estaduais realizados pelo SINTE/SC. As seis entrevistas realizadas com suas lideranças também contribuíram para a análise. Diante de todo o conteúdo pesquisado e do pressuposto teórico marxista sobre o movimento sindical brasileiro, principalmente sobre a trajetória da CUT, pode-se perceber que o SINTE/SC também se inclui na configuração desta realidade. Verificou-se também uma determinada independência deste sindicato para cooptar ou não com as estratégias de ação da Central Única dos Trabalhadores.

¹ Este artigo é resultado da dissertação de mestrado que foi defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em Educação pela UFSC, tendo como orientador o professor doutor Paulo Sérgio Tumolo.

Introdução

O capital é o sujeito protagonista do modo de produção capitalista. Ao entrar em um período de crise procura encontrar novas estratégias para que possa continuar sua lógica de reprodução e valorização. Se o capital vinha de um período de crise na década de 1980, aqui no Brasil também constatado pelo arrocho salarial e da inflação alta, os governos tomam medidas com o objetivo principal de obter o aval das organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) para receberem novos empréstimos. Já na década de 1990 os representantes do capital procuram no Brasil, assim como em outros países periféricos do sistema capitalista, adotar a política neoliberal, que já estava em andamento nos países centrais. Com essa política, o Estado assume um outro papel, que é justamente o de reduzir gastos e que atinge diretamente as áreas da saúde e educação. O Estado procura intervir menos na relação econômica e conseqüentemente empresas multinacionais se instalam no país. No entanto, os lucros são repatriados para os países de origens, como afirma Boito (1999). Nesse contexto, cabe muito bem refletir de que modo os próprios trabalhadores enfrentaram essa situação estabelecida historicamente. Esta foi a proposta deste estudo. Porém, por razões de sua extensão procurou-se delimitar a análise a uma determinada particularidade que, com certeza, representa uma amostragem da conjuntura histórico-social. Então, o que segue são reflexões a respeito dos enfrentamentos políticos travados pelas diversas diretorias do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE/SC) a partir dos anos de 1980.

1. Pressupostos teóricos para a análise do movimento sindical

Utilizou-se de autores que tratam diretamente do tema e com um caráter materialista dialético. No desenvolvimento do texto se fez referência a pesquisadores clássicos como Marx (1996, 2002) e Lênin (1979). Já os mais

² Professor no curso de Pedagogia no IST/SOCIESC e IESVILLE/UNIANHANGUERA.

contemporâneos a nossa época recorreu-se a Antunes (1995, 2003, 2004, 2005^a, 2005b, 2005c), Tumolo (2002), Alves (2003), Lopes Neto (1990, 1991, 1993), Rodrigues (1991, 1999) e Giannotti (1993, 2002). Também para contemplar o tema mais específico como o movimento sindical docente estudou-se textos de Vianna (1999) e Gentili (2004).

Com a política neoliberal reimplementada por Fernando Henrique Cardoso (FHC) houve conseqüências nefastas como o início da desmontagem do parque produtivo no Brasil financeiro internacional. Não bastasse isto, também atingiu diretamente os trabalhadores pelo crescente índice de desemprego e a destruição dos direitos sociais num país onde pouco se existiu.

Boito (1991) explica que, diante dessa conjuntura política e econômica brasileira, os trabalhadores ficam numa encruzilhada, pois além de estarem numa condição cada vez maior de precarização, os sindicatos na sua grande maioria tornam-se incapazes de reorganizarem a luta contra esta situação, além do que, ao analisar a estrutura sindical verificou que os sindicatos estão atrelados ao Estado burguês, dificultando qualquer possibilidade de mobilização de classe. Desta forma, Boito embasa em Trotsky o seu argumento e reforça sobre a fragilidade que os sindicatos têm ao estarem numa relação de proximidade com o poder estatal. Para Boito, desorganizar os trabalhadores é organizá-los sob a direção política da burguesia, fora isto, os trabalhadores se mantêm dispersos, mas difunde-se a idéia de que o Estado os socorre e os protegê-os. Nada mais ideológico à classe burguesa que manter-se no poder, iludindo a classe dos trabalhadores. Boito (1999) analisa a política neoliberal de FHC e situa neste contexto a ação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), concluindo que a entidade muda sua estratégia de greves gerais e de confrontos para a de sucessivas tentativas de acordos com os governos. Os sindicatos estão atualmente com muita dificuldade de organizarem os trabalhadores, já que estão sendo descaracterizados pela própria reestruturação do capital (ANTUNES, 2005a). Necessário, afirma Antunes, que diante da dificuldade dos sindicatos em responder a nova fase do capital, ficando apenas na defensiva, é buscar criar novas formas de organização internacional dos trabalhadores.

A CUT para se constituir passou por um processo no interior do próprio movimento sindical brasileiro. Era necessário organizar as lutas dos trabalhadores que se faziam naquela época (ANTUNES, 2003). Na década de 1980 forma-se uma safra de líderes sindicais, dispostos a ter uma prática diferente da época precedente (GIANOTTI; LOPES NETO, 1990). Nesse sentido, a CUT constituía para o movimento sindical com princípios de classe, de base e independente. A entidade construiu no imaginário dos trabalhadores a idéia de uma Central de luta e de greve, sendo esta a sua principal estratégia para a defesa e luta da classe dos trabalhadores (GIANOTTI; LOPES NETO, 1993). Após as direções começarem a ter mais poder a base diminui sua força nas decisões da Central. Com o projeto da política neoliberal o sindicalismo combativo se viu numa crise, pois a conjuntura política da década de 1990 preconizava para os trabalhadores a idéia do pacto social. Então, diminui a capacidade de intervenção sindical (BOITO, 1999). Também para o mesmo autor, a CUT, neste momento, torna-se propositiva. Em 1995 a entidade apresenta uma proposta educacional para o Brasil onde fica evidente sua concordância com a política neoliberal, defendendo inclusive o ensino privado. Essa postura só vem fortalecer a nova classe social de serviços do setor educacional.

O que se verifica na trajetória da CUT é um processo constituído por três fases, nas quais são de combatividade, transição e de negociação (TUMOLO, 2002). A CUT foi uma referência nacional e internacional, em seu primórdio, para o movimento sindical brasileiro. Em razão de sua mudança, sindicatos que antes eram filiados a ela decidem se desfiliar como o Sindicato dos Professores do Ensino Superior (ANDES) no ano de 2005, no seu 24º Congresso. No site www.cut-sc.org.br a Central Sindical ainda mantém registrado o projeto de construção de uma sociedade socialista, mas pelo visto diante das pesquisas isto se tornou uma falácia. A quem compete ensinar aos trabalhadores uma teoria revolucionária para se ter uma prática revolucionária? Para os clássicos do materialismo histórico e dialético como o próprio Marx e Lênin, compete aos sindicatos. Porém, a que sindicatos se referiam? A CUT também tem escolas nas cinco regiões brasileiras. O que elas objetivam em relação ao ensino? Conforme analisa Tumolo (2002) essas escolas estão a preparar os trabalhadores para o mercado de trabalho. A CUT investe na

formação profissional dos trabalhadores. O SINTE/SC, por sua vez, também questiona os valores pagos mensalmente à CUT, já os trabalhadores em educação do estado do Rio Grande do Sul decidem em assembléia suspender. Lideranças sindicais se desligam da central e seguem um caminho mais coerente com os princípios de luta da classe dos trabalhadores. Porém, outros permanecem vinculados a ela, por acreditar numa retomada de forças por parte da própria CUT, mas também há os que permanecem visando à manutenção do seu status quo.

2. Sindicatos dos trabalhadores em educação: especificidades no campo sindical brasileiro

O estudo realizado por Vianna (1999) estabelece a divisão de dois grupos para a análise das pesquisas realizadas sobre o tema do sindicalismo docente, sejam eles, o que estão relacionados à década de 1980, onde apresentam, segundo a autora, a força e a capacidade de mobilização da categoria; e os da década de 1990, que enfocam a crise do movimento sindical dos trabalhadores em educação. Neste sentido, verificou-se que as razões da mobilização da categoria nos anos de 1980 foram as mesmas em relação aos anos de 1990. Sendo assim, as mobilizações desses dois períodos estão diretamente ligadas à questão dos baixos salários, precárias condições de trabalho, redução de investimentos públicos na área educacional, etc. Este contexto que diz respeito aos trabalhadores em educação se insere a todos trabalhadores, independente de sua categoria; assim como da situação dos sindicatos em relação ao movimento sindical brasileiro (ANTUNES, 1995). O SINTE/SC assim como o Sindicato dos Professores da Rede Pública Estadual de São Paulo (APEOESP) fez reivindicações para os seus respectivos governos estaduais. Os sindicatos do setor público, também na categoria dos trabalhadores em educação são mais combativos do que os do setor privado, quando muitas vezes nem tem expressividade e poder de mobilização (GENTILI; SUÁREZ, 2004). Desta forma, as greves realizadas pelo SINTE/SC sem dúvida repercutem a nível estadual, pois o sindicato está estruturado e organizado, mesmo

com suas particularidades, nas 30 regionais do estado de Santa Catarina. No estudo de Souza (1997) demonstra a relevância dos sindicatos dos trabalhadores em educação da rede pública estadual, pois eles têm uma significativa representatividade em sua base. Também neste mesmo estudo é exposto que esses sindicatos se construíram num processo emergente de entidades, constituídas e identificadas com o novo sindicalismo. Trabalho desenvolvido por Ibarrola e Loyo (2001) é um estudo sobre a estrutura do sindicalismo docente na América Latina, que expõe a filiação da Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras (CNTE) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE) à CUT.

2.1 Estratégias de luta dos trabalhadores em educação da rede pública estadual de Santa Catarina

Os anos de 1980 foram significativos para que a Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC) e posteriormente o SINTE/SC mostra-se de fato como entidade representante da categoria dos trabalhadores em educação no Estado de Santa Catarina. Porém, há de questionar se nesses anos o sindicato foi tão combativo por que na década seguinte houve um recuo do movimento grevista. A primeira greve da categoria ocorre em 1980. Na época a ALISC contava com aproximadamente 800 filiados. Nesta greve exigia-se concurso público para vários segmentos da sociedade. O então governador Jorge Konder Bornhausen reduz os dias letivos para que a greve não seja caracterizada como tal. A greve de 1983 pretendia além de outras reivindicações pertinentes aos trabalhadores em educação, a elaboração do Plano Estadual de Educação. Para que ocorresse este projeto, o SINTE/SC envolveu a comunidade catarinense tendo a participação de mais de um milhão de pessoas presentes nos fóruns que se realizaram. Se na análise de Antunes (1995) os movimentos da em 1983 é que o sindicato realiza nova greve, o que o recoloca novamente na análise de Antunes. A greve de 1987 é muito significativa para a história do sindicato, pois a sua categoria se junta as demais

categorias do funcionalismo público estadual e que conta com o apoio da comunidade catarinense. Pedro Ivo Campos revoga o decreto 29.790/86 que garantia o direito do Conselho Deliberativo de Escola. O governador também proíbe as eleições para diretores de escola. Há várias entidades de classe que apoiaram abertamente essa greve como os sindicatos da região de Chapecó. Para Sousa (1996) a década de 1980 foi marcada pelas lutas por liberdades democráticas no país, também marca o surgimento e a consolidação dos movimentos sociais; neste contexto, o SINTE/SC se apresenta como uma nova fase de organização, o que permite avançar no processo de luta e de conquistas para sua categoria.

O governo Pedro Ivo Campos pune os grevistas descontando os dias que estiveram parados. Na greve de 1987 houve até greve de fome por parte de dois professores e um supervisor. O enfrentamento dos grevistas com a política militar registra a entrada de vários participante do movimento no hospital de Florianópolis. Souza (1996) afirma que 11 greves ocorridas entre os anos de 1980 a 1992 tiveram como pauta de reivindicação a política salarial, reposição das perdas, reajuste salarial, piso salarial e plano de carreira. Também acrescido de outras pautas em determinados momentos como hora atividade, eleição para diretores e plano estadual de educação. O governador Pedro Campos cai numa contradição quando afirma aos grevistas que não há como conceder aumento por falta de verbas e por outro lado concede aumento para a polícia militar, desembargadores, e cria mais cargos comissionados na própria Secretaria da Educação. O governo promete e não cumpre o que desmobiliza a categoria. A categoria do SINTE/SC demonstrou em suas greves um sinal de amadurecimento e organização, sendo resistente diante da política econômica dos governos. Antunes (1995) destaca que a década de 1980 marcou o ressurgimento das greves gerais no Brasil que foram tolhidas a partir de 1964. Já para Boito (1991) esse movimento grevista foi organizado fora do sindicato oficial. Mesmo que essas greves tivessem uma conotação do confronto direto relacionado às conseqüências dadas pela política econômica dos governos federal e estadual, elas indiretamente estão denunciando o sistema do capital que é responsável direto pela precarização da classe dos trabalhadores. A década de 1980 para o SINTE/SC foi demarcada principalmente por sete greves que negaram

de alguma forma a política do arrocho salarial, do autoritarismo dos governos, da ausência de democracia nos espaços onde atuam e pela luta para a elaboração do Plano Estadual de Educação.

No Iº Congresso Estadual do SINTE/SC fica evidente, pelas palavras da presidente regional da entidade, que apesar desta ter-se consolidado como representante da categoria, o sindicato tinha muito a avançar. Para o presidente regional sul da CNTE, o então José Clóvis de Azevedo, a organização dos trabalhadores em educação deveria superar o corporativismo e a visão economicista. Segundo ele, pensava-se na greve não apenas para conquistar melhores percentuais salariais, mas sim uma sociedade que supere a exploração capitalista. Nesse sentido a análise de Mézáros confirma essa proposição.

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas, sem um acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente. Pois caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo a educação. As mudanças sob tais limitações, apriorísticos e prejudicadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução (MÉSZÁROS, 2005, p. 25).

Já no início da década de 1990 foram realizadas duas greves, que o governo Casildo Maldaner reprimiu duramente. Dizia ele que não tinha dinheiro em caixa para bancar um aumento salarial da categoria, mas em contrapartida concedia reajustes salariais para os cargos comissionados das atividades de engenharia e do judiciário. Na análise conjuntural dada no texto “Municipalização – etapa inicial da privatização do ensino” revela que lideranças sindicais compreendiam a dinâmica da lógica do capital, que não esse sistema só acarretaria na sua reprodução. Para Mézáros (2005) limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas

interesseiras do capital significaria abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Para o autor faz-se necessário romper com a lógica do capital para que se construa de fato uma alternativa educacional significativamente diferente. Nesse sentido, verificaram-se políticas de governos contrárias a essas mudanças. Em 1991, o governador Vilson Kleinübing acaba com as eleições para diretores de escolas que estava regulamentada pela Lei 8.040/90. Em 1993, o SINTE/SC realiza nova greve com duração de 40 dias.

No IV Congresso Estadual realizado em 1994 pelo SINTE/SC a tese “Uma nova lição”, aponta que mesmo o sindicato considerar-se uma entidade de massa, democrático, classista, de luta, organizada pela base e autônoma frente aos partidos políticos e ao Estado, constata-se que ainda há uma distância ente a direção e sua base; mas reconhece que havia uma preocupação da diretoria com este fato. Outra tese, a “Corrente sindical classista” expõe que o sindicato, em razão de sua crise interna dificultava mais o seu papel a cumprir, ou seja, organizar a luta da sua categoria. Relata que a diretoria, na época, usa apenas a estratégia do tripartismo (lideranças do SINTE/SC, deputados e governo/secretários). A tese critica esta forma de ação política, refletindo a necessidade do sindicato pensar em outras formas de luta; também reconhecem que a crise na qual passa a entidade está vinculada aos problemas que afligem o movimento sindical brasileiro.

Em 1995 a categoria deflagra nova greve, considerada até o momento a segunda mais longa da história do sindicato. Paulo Afonso, então governador tinha prometido que a educação seria “a prioridade das prioridades”, o que não aconteceu. O SINTE/SC na resolução de seu V Congresso Estadual, que ocorreu em São Miguel do Oeste em 1995, entende que as condições dos trabalhadores em educação de Santa Catarina estão diretamente relacionadas com a conjuntura política econômica nacional da época. Segundo a resolução, FHC realiza as reformas constitucionais e com apoio dos governos estaduais; por isto era necessário à categoria viabilizar o movimento de luta com outros sindicatos de trabalhadores. Mesmo constando nas resoluções desse V Congresso Estadual de que as greves continuavam sendo um dos instrumentos de luta coletiva e que tinha como objetivo reaglutinar a categoria

em direção a uma sociedade mais igualitária, o que verificou posteriormente ao evento foi por algum tempo a ausência de greves. O SINTE/SC retorna às greves em 2000, que foi considerada até aquele momento a mais longa de sua história. O governador Esperidião Amin, assim como os demais governadores, afirma que não tinha dinheiro para atender as reivindicações. Depois desta greve somente em 2004 ocorre outra, já no governo de Luiz Henrique da Silveira. Porém, foram duas no mesmo ano. Na tese 2 “Uma outra educação é possível para todos (as)” apresentada no VII Congresso Estadual, afirma que se deva combater firmemente a política neoliberal do governo brasileiro e que está em concomitância com os governos estaduais. Percebe-se que neste momento o SINTE/SC acreditava na necessidade de retornar a unidade junto com a CUT e CNTE.

3. SINTE/SC e sua relação com a CUT

Filiar-se a CUT representava para as suas lideranças, na sua grande maioria, um avanço na questão da organização da categoria já que ela estaria junto às demais categorias aglutinando forças para a organização da classe dos trabalhadores.

Em se tratando da filiação com a CUT, o SINTE/SC teve momentos expressivos, pois era uma questão que a categoria queria compreender. A decisão de se filiar a essa Central Sindical tinha a ver com os objetivos que se pretendiam com o movimento organizativo da classe dos trabalhadores e, de modo específico, com os trabalhadores em educação do Estado de Santa Catarina. Filiar-se à CUT era justamente tentar fortalecer as lutas e caminharem unidos – SINTE/SC e CUT – na defesa dos trabalhadores, sejam eles de qual categoria for. A CUT nasceu no interior das lutas dos trabalhadores, as quais se realizaram no final dos anos 70 e se propagaram na década de 80, demonstrando uma força organizativa dos trabalhadores que se enraizou e fez constituir a própria Central Sindical. Se determinadas lideranças do SINTE/SC resistiam à filiação à CUT, como constatou Sousa (1996), isso poderia estar relacionado com o entendimento do que se queria com a construção dessa entidade. Por outro lado, havia várias lideranças do SINTE

issn: 1808-799X

ano 7 - número 8 - 2009

que estavam integradas ao movimento sindical brasileiro, denominado de novo sindicalismo, que se demonstravam favoráveis à filiação, como afirmou Joanhina de Oliveiraⁱ, em entrevista concedida no dia 21 de novembro de 2006, o SINTE optou filiar-se à CUT

Porque era a mais progressiva...porque a CUT era a recomposição do movimento. Recomposição que eu falo, negação daquilo que existia e recompor um novo. A CUT representava uma discussão de não pagamento da dívida externa, uma discussão de autonomia dos sindicatos. Não vivia do Estado, do imposto sindical. Os sindicatos [funcionavam] com a mais ampla democracia pela base. Foi assim que tudo começou. Então, nós enfrentamos pelegos, nós enfrentamos governos, nós enfrentamos ditadura. Unificamos com o campo e com a cidade...Então, a CUT representava isto...havia a necessidade de unificação. A categoria tinha uma concepção muito atrasada, precisava da CUT. Professor era professor e trabalhador era trabalhador. Essa foi a grande vitória, filiar e entender que era necessário ter uma instituição superior nesse período.

Para que a CUT se constituísse, de fato, como um instrumento de luta para a classe dos trabalhadores foram realizados debates e encontros das lideranças sindicais comprometidas com o projeto de construção de uma entidade que avançasse na organização. As greves que se realizavam em todo o Brasil, naquele período, fortaleceram esse propósito. O próprio SINTE/SC vinha de um momento combativo e significativo em relação ao movimento sindical e não permaneceu à margem da conjuntura do que se vinha estabelecendo nacionalmente. A consolidação da CUT, naquele momento, representou o fortalecimento da classe dos trabalhadores, já que possibilitou espaço de planejamento e organização como também unificação das forças dos trabalhadores que se encontravam dispersas. Explicou Ana Maria do Nascimento Aquiniⁱⁱ que a CUT, na época em que o SINTE se filiou a ela, “era a entidade mais aguerrida e que tinha representação mais efetiva de organização dos trabalhadores no país e nesse sentido quem quisesse pensar em luta mesmo, ia se aglutinar à CUT e não à CGT”. Nesse sentido, o SINTE não é exceção nessa conjuntura de filiação dos sindicatos à Central Única dos Trabalhadores. Ele – o SINTE – se constitui também como participante dessa época do movimento sindical brasileiro, em que se configurava o novo sindicalismo. Em estudo realizado por Nogueira constata-se que

issn: 1808-799X

ano 7 - número 8 - 2009

Ao longo dos anos 80, é crescente a inserção das organizações dos servidores na CUT, que desde o seu nascimento não era uma central exclusiva de sindicatos oficiais e permitia a inserção de associações dos servidores públicos, bem como de movimentos de oposição sindical. A CUT é extremamente importante porque caracteriza uma das modalidades combativas dos sindicatos públicos que assumem uma forma de organização sindical enraizada nas bases democráticas e uma concepção política e ideológica de esquerda, independente e classista, própria das origens do novo sindicalismo. Diríamos que, salvo algumas exceções, o novo sindicalismo dos funcionários públicos é filiado à CUT (NOGUEIRA, 1999, p.55).

Também na sua análise, Nogueira (1999) verifica que a categoria dos trabalhadores em educação foi a que compareceu com maior número de delegados no V Congresso Nacional da CUT (CONCUT), realizado no ano de 1994, representando, segundo o autor, 23,9% do total das categorias. Mais adiante, em seu texto, apresenta dados que demonstram a presença também de trabalhadores em educação na composição dos membros das Executivas Estaduais da CUT. Além dessas informações, o autor observa que dos sindicatos das categorias do setor público filiados à CUT, o setor da educação, na época, compunha-se de 1.740.871 trabalhadores na base, o que, somando-se ainda os setores da saúde e da administração direta, significava a representação de 85,8% do total dos trabalhadores do setor público. Isso demonstra que os trabalhadores em educação, representados em seus respectivos sindicatos, compactuaram num determinado momento com as propostas de bandeiras e ações de luta que a CUT implementava ou, ao menos, defendia. Essa idéia reforça que os sindicatos dos trabalhadores em educação, filiados à CUT, contribuíram para que esta central sindical se consolidasse como entidade representativa de todos os trabalhadores. As respostas dadas nas entrevistas só vêm a corroborar essa tese. Relata-se que o SINTE contribuiu na consolidação da CUT, principalmente no Estado de Santa Catarina, pois

na verdade sempre tivemos pessoas nossas na direção estadual, que estavam contribuindo o tempo todo para a organização da CUT em Santa Catarina e ainda temos até hoje uma ou outra pessoa da educação, mas que não conseguem aglutinar a categoria ao redor das bandeiras porque elas sabem que não se sustentam politicamente enquanto representação dos trabalhadores. Então, fazem hoje uma representação muito mais

issn: 1808-799X

ano 7 - número 8 - 2009

burocrática do que uma construção política de representação, o que ocorreu sim uma contribuição significativa até um determinado momento na busca do fortalecimento da classe trabalhadora em Santa Catarina através da nossa representação (Ana Aquini).

E também afirmou-se com certeza que

o SINTE é o maior sindicato do Estado. Então, quando o SINTE se filia a CUT esta dobra o número de trabalhadores que ela representa. E a gente tem uma capacidade de distribuição da informação em todo Estado. Então, o SINTE é um sindicato de base estadual. É provável que o SINTE tenha filiados em todos os municípios do Estado. A filiação do SINTE a CUT dá a esta Central Sindical uma idéia de base estadual (Rita de Cássia Pacheco Gonçalves)ⁱⁱⁱ.

Joaninha de Oliveira reafirmou essa contribuição efetiva do SINTE à CUT. Para ela o sindicato participou e “muito, em todos os sentidos” como na “organização da CUT, financiamento da CUT, participação nos congressos; todos os eventos, buscando a unificação”. Assim como o SINTE/SC ajudou de maneira efetiva na consolidação da CUT no Estado de Santa Catarina também o inverso é verdadeiro. Ao observar as “colunas do SINTE/SC” constata-se, de fato, a relação muito presente do sindicato com a CUT. Constam nessas colunas, além de outras informações pertinentes à categoria, comunicações a respeito de programações organizadas pela Central Sindical. Para citar um exemplo, foi publicado na “Coluna” do SINTE/SC de 02 de outubro de 2001 o seguinte comunicado:

Trabalhadores em Educação de todo o país estarão reunidos amanhã, 03 de outubro – Dia Nacional de Paralisação –, na II Marcha em Defesa e Promoção da Educação Pública, promovida pela CUT e CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). Santa Catarina participará com cinco ônibus, sendo dois do SINTE/SC, que iniciou as atividades no estado com a realização de seminários sobre os temas da Marcha em todas as regiões (www.sintesc.org.br).

Além da presença constante do logotipo da CUT na “Coluna do SINTE” em jornal de grande circulação no Estado, o sindicato divulgava as programações organizadas pela Central Sindical. Dessa forma, não só a categoria dos trabalhadores em educação se informava sobre os eventos e realizações da

issn: 1808-799X

ano 7 - número 8 - 2009

entidade. Essas publicações semanais, num meio de comunicação social, atingiam e continuam a atingir – já que uma das Resoluções aprovadas no VIII Congresso Estadual do SINTE/SC é a de incluir no artigo 1º do seu estatuto “filiado a CUT e a CNTE” – a comunidade catarinense. Com as colunas mantinha-se a comunidade informada sobre as ações da CUT. Para citar outro exemplo, verifica-se na coluna publicada no dia 07 de maio de 2002 a informação de que entre os dias 08 e 10 do respectivo mês ocorreria a Plenária Nacional da CUT, em São Paulo. Também havia outra informação: “neste evento, será lançada a pesquisa Retrato da Escola II, da CNTE, sobre violência e drogas nas escolas”. Encerra-se o comunicado deixando evidente que “O SINTE estará representado”. Numa Coluna do SINTE/SC, publicada em 14 de abril de 2003, confirma-se a presença da CUT na questão de negociação com o governo do Estado, na época Santa Catarina estava sob o governo de Luiz Henrique da Silveira. Consta nesta publicação que

O SINTE/SC e demais sindicatos dos servidores participaram, na última quinta-feira, de audiência da CUT com o governador do estado, Luis Henrique da Silveira. A Central Única dos Trabalhadores entregou a pauta unificada dos servidores públicos. Entre os principais itens da pauta estão: reposição das perdas salariais; contra a terceirização, privatização e municipalização dos serviços públicos; e rediscussão do pagamento do vale-alimentação.

Verificou-se, também, nas entrevistas realizadas com lideranças e ex-lideranças do SINTE/SC, que a filiação à CUT não era apenas formalidade e sim um reconhecimento de que, naquela época, ela representava, sem dúvida nenhuma, os anseios da classe dos trabalhadores. Foi pensando nesse sentido de classe, e não apenas de categorias, que a CUT representou o desejo que se fazia no movimento sindical mais combativo, o de aglutinar todas as categorias para que se fortalecessem. Vale ressaltar que a concepção de classe foi uma das contribuições que a Central Sindical deu aos trabalhadores em educação da rede pública estadual do Estado de Santa Catarina.

issn: 1808-799X

ano 7 - número 8 - 2009

Muito porque a CUT defendia uma relação classista e nós conseguimos levar essa relação de classe para dentro da nossa categoria. Informando as nossas lideranças nas regiões, aos representantes de escola e a todos os professores nas assembleias que havia essa diferença de classe, e que nós éramos uma categoria dentro de uma classe trabalhadora. Porque até então a gente se dizia, “eu sou professor”. A gente não se dizia trabalhador da educação. Este termo veio com o Congresso de Joinville, quando nós tomamos a decisão de fundar o SINTE. Nós passamos a ser um sindicato dos trabalhadores em educação. O que era ALISC? ALISC era a associação dos licenciados. O que era APROL, em Lages e APJ, em Joinville? Eram associações de professores. De professores nós incorporamos a categoria de trabalhadores em educação. Portanto, nós pertencemos a uma classe e a nossa entidade de representação de classe era a CUT. (Célia Zulmira Kleine)^v

Como foi tratado anteriormente, a CUT esteve presente nas negociações do SINTE/SC. Rita de Cássia Pacheco Gonçalves pontuou bem essa questão, pois havia uma influência “na medida em que a CUT discutia alguma atividade, alguma proposição, alguma bandeira que devesse ser de todo mundo, isso a gente trazia para dentro do sindicato; então, a gente incorporou bandeira da CUT também, como redução de jornada, greve geral”. Joanhina de Oliveira foi enfática ao tratar desse tema já que

Os agentes externos influenciam, tanto positiva e negativamente. Hoje ela continua influenciando. Hoje uma parte das lideranças dos professores é cutista e continuam organizadas no PT. Hoje a influência é extremamente negativa. Na década de 80 foi muito positiva. Não existe a neutralidade. Os sindicatos têm que ter autonomia em relação a partido e políticas partidárias, mas eles têm que ter discussões políticas senão não sai do senso comum. A filiação a CUT, a desfiliação dela, a discussão dos partidos, tudo isso está muito presente no movimento, ela influencia diretamente. Por outro lado, gerou lideranças (...) Nós somos expressões, produtos desta luta, tanto na CUT quanto dentro do SINTE.

Porém, nas entrevistas realizadas com as várias lideranças sindicais do SINTE/SC verificou-se que a contribuição da CUT em relação ao sindicato não foi na mesma proporção.

issn: 1808-799X

ano 7 - número 8 - 2009

O SINTE contribuiu muito mais do que a CUT para o SINTE (...) O PT aparelhou a CUT e os sindicatos (...) O SINTE é o maior sindicato de Santa Catarina. Então, nós temos um peso político de formadores de opinião na sociedade muito grande. O SINTE ao se filiar em 85 é uma contribuição extraordinária porque por si só ela trouxe em rede outros sindicatos. Agora, o inverso, de que a CUT esteve nas organizações do SINTE, muito pouco, esteve sempre com uma ou duas pessoas. No começo, sim, ao chamar greves gerais, a organização nacional dos trabalhadores, ao ter enfrentamento com os governos estaduais. Hoje, não é assim, depois que teve toda uma mudança na trajetória, a CUT contribui com os governos. É verdadeira a afirmação que o SINTE contribuiu e é muito parcial de que a CUT contribuiu (Joaninha de Oliveira).

Nós temos certeza, a CUT em um determinado momento representou os trabalhadores, especialmente nesse período tinha um trabalho orgânico de se buscar o fortalecimento de ambos, seja do SINTE e seja da CUT. Somente ao longo do tempo é que quando as bandeiras políticas foram se afastando é que essa cisão foi se dando na própria classe, não só no SINTE. (Ana Aquini)

Além de constatar nas respostas o grau de contribuição que a CUT teve no fortalecimento do SINTE como, por exemplo, a idéia de concepção marxista de luta de classe, de classe dos trabalhadores, de sociedade capitalista, etc, para citar algumas categorias, constata-se também que na trajetória histórica da CUT houve uma mudança significativa que não mais a coloca como representante da classe dos trabalhadores, já que deixa de representar uma organização de combate ao capital, visto que se coopta a ele e a ele se submete. Dessa forma, essa mudança também atinge as estratégias de ação da Central Sindical que, na análise de Boito (2003), – utilizando o dizer dos próprios sindicalistas – “a CUT decidiu substituir o sindicalismo de confronto pelo sindicalismo propositivo”. Essa mudança é percebida e negada por lideranças do SINTE/SC, se não na sua totalidade, mas sim na sua grande maioria. A CUT, segundo Ana Aquini

Não defende [os trabalhadores] mais no meu ponto de vista. Ela está totalmente dissociada e isto faz com que busquemos urgentemente outras organizações, que é o caso da CONLUTAS que tem aglutinado os servidores nos seus enfrentamentos mais gerais. No nosso entendimento a entidade que se cria não pode ser simplesmente fechada em sindicatos,

issn: 1808-799X

ano 7 - número 8 - 2009

ela tem que representar todos os trabalhadores, formais e informais (...)
Para se ter uma idéia a nossa regional de Florianópolis já temos a deliberação pela desfiliação à CUT. Processo amadurecido, tranquilo, sem grande polêmicas na categoria, claro que sempre tem uma outra voz defensora que são esses grupos que se mantêm próximos ao governo Lula, que aqui é incipiente a representação deles, até porque nós avançamos muito na organização. No Congresso Estadual que nós tivemos em outubro perdemos pela desfiliação por três votos. Então, nós não perdemos, nós ganhamos. Quem perdeu foram eles, que ao longo dos anos foram se descaracterizando e eles sabem que é uma questão de tempo para que nós possamos efetivamente estar avançando, nesse sentido de romper, até porque nós mantemos financeiramente uma contribuição significativa uma entidade que não é mais dos trabalhadores.

Avaliando a trajetória a CUT constata-se que a Central Sindical foi modificando seus princípios, visto que deixou de ser combativa e passou a ser propositiva. Nesse sentido, pode-se verificar que o movimento sindical brasileiro tem um recuo nos enfrentamentos ocorridos na década de 80 para a década de 90. Numa análise sobre o SINTE/SC, correspondente no mesmo período, houve uma diminuição no número de greves realizadas por esse sindicato. No entanto, disso não se pode concluir que o SINTE/SC teve a mesma performance em relação ao que se constituía na época, pois outros elementos na análise podem e devem ser considerados. O SINTE/SC, mesmo tendo uma redução no número de greves no período posterior a década de 80, apresentou na década de 90 um maior número de dias parados. Na soma total contabilizou na década de 80, 151 dias, enquanto que na década de 90 foram 210. Porém, esses dados não são suficientes para uma conclusão mais apurada. De certa maneira essas informações demonstram certa particularidade em relação ao que vinha ocorrendo no contexto geral do movimento sindical brasileiro. Antunes (1995, p. 51) analisou o período afirmando que

O sindicalismo brasileiro, em especial aquele conjunto que compreende o chamado movimento sindical combativo, vive seu momento mais difícil, nestes primeiros anos da década de 90. Depois de ter presenciado significativo avanço, durante a década passada, vê-se hoje frente a desafios e impasses que conformam um quadro preocupante e crítico. Centrado ao longo dos anos 80 sua atuação através do confronto e da resistência, neste momento em que tem sido convocado à oferecer (sic) propostas alternativas, o movimento sindical, que tem a CUT como referência central, está presenciando uma fase de negociação e

participação que, embora tenha a aparência de um avanço – uma vez que lhe permite “participar”, junto com o capital, de decisões de políticas setoriais – está, em verdade, vivenciando um grande retrocesso. Tanto por distanciar-se do seu passado mais ousado, tanto por que esta ação negociada, por estar atada a um acordo e a um projeto com o capital, o impede de oferecer uma alternativa duradoura e inspirada em elementos estratégicos, que efetivamente represente o conjunto dos trabalhadores.

Além dessa análise de Antunes, que constata o fato de o movimento sindical brasileiro ter modificado sua estratégia de ação na década de 90, a pesquisa de Campos (2004) sobre o SINTE/SC também apresenta essa característica, quando expõe as palavras de uma das lideranças, que representa a Corrente Sindical Classista. Segundo a liderança

(...) o SINTE embora tenha implementado várias lutas e denúncias contra o governo e o atual sistema educacional que vem sucateando o ensino público em nosso Estado, caminha a passos largos para o sindicalismo europeu do tipo social democrata. É visível hoje, a influência que o SINTE sofre deste tipo de sindicalismo. Perdendo a perspectiva do socialismo, alguns sindicalistas se mostram vislumbrados (sic) com as teses burguesas da parceria social, da qualidade e competitividade e da democracia liberal. Ausentou-se de trabalhos importantes como a luta contra a privatização das estatais, contra a aprovação de lei de patrões e não fez discussão devida com a categoria sobre a revisão constitucional; embora tenha participado de Fóruns contra a privatização(...). Não definiu uma linha clara de oposição ao neoliberalismo. Sem alterar sua linha política, o SINTE, continuará patinando. A estratégia do sindicalismo propositivo desarma, desorganiza e desilude a categoria levando-a ao imobilismo.

Esse depoimento vem demonstrar que no interior do SINTE já havia lideranças que se mostravam descontentes com a trajetória do sindicato e, muito mais, não concordando com as suas estratégias de ação. Para elas era necessário manter a combatividade que o sindicato tinha na década de 80. Aceitar acordos e sentar-se à mesa com autoridades do governo para negociação com os representantes da categoria só fortalecia o próprio capital, já que este não era colocado em confronto, e sim aceito como condição, dando a idéia de que nada se poderia fazer diante dessa força. Negar a possibilidade de mudança do sistema

issn: 1808-799X

ano 7 - número 8 - 2009

realmente faria do trabalhador um submisso às condições impostas pelo sistema capitalista e sem perspectiva de transformação social. No entanto, num primeiro momento a CUT trazia uma proposta de luta e de enfrentamento diante do capital, visto que nesse sentido ela estava em sintonia também com o que se desejava do SINTE/SC nos anos 80, cujo momento era de consolidação. É tão evidente essa afirmativa que ela pôde ser verificada, nas palavras de Eneir Mittman, na época presidente estadual da CUT, no I Congresso Estadual do SINTE/SC, realizado em Joinville no ano de 1989. Para ele o evento

(...) tem uma importância fundamental para a luta da classe trabalhadora.(...) E nós ficamos muito à vontade para falar para os companheiros e companheiras que estão aqui presentes porque esse Sindicato é filiado à Central Única dos Trabalhadores e tem dado uma enorme contribuição na construção classista da consciência da classe trabalhadora. E percebemos aqui companheiros e companheiras que têm dedicado a sua vida e o seu trabalho em todo o Estado para construir essa alternativa de classe, que é a Central Sindical. (...) E é por isso que esse Congresso deixa para nós da Central Única dos Trabalhadores um desafio, por que aqui estão os companheiros que vivem o dia-a-dia da educação deste Estado (...) eu gostaria de colocar para os companheiros e companheiras o nosso desejo de que este Congresso, nos seus dias de trabalho, de fato consiga elaborar políticas para que a gente possa implementar no conjunto da classe trabalhadora rumo à construção daquilo que bem falou a companheira que abriu esses trabalhos, rumo à construção de uma sociedade diferente, uma sociedade onde, sim, os filhos dos trabalhadores terão acesso à escola, uma sociedade onde, sim, os educadores não serão escravos do seu trabalho, mas terão uma vida digna. Esse é o desejo da Central Única dos Trabalhadores. Muito obrigado.

Além do presidente estadual da CUT, no I Congresso Estadual do SINTE/SC se fez presente o vice-presidente regional sul da CNTE, José Clóvis de Azevedo. Este, além de trazer dados nada animadores da realidade educacional brasileira – o que também apontou Eneir Mittman – afirma a necessidade de superar a sociedade do capital e por isso considera que, para avançar nessa linha de ação, o movimento sindical deve “superar a visão corporativista e economicista”.

Giannotti e Lopes Neto (1991) fizeram uma análise sobre a CUT, apresentando o percurso da Central Sindical, e constataram uma mudança na sua estratégia de ação política. Isso acontece depois de oito anos de existência, “o que

ontem só estava associada à idéia de lutas e greves, hoje traz também à mente de milhões de telespectadores as imagens da CUT indo negociar em Brasília, ou sentado à mesa do entendimento nacional”. No documento “Ata da reunião do Conselho Deliberativo do SINTE/SC”, realizada em 10 de julho de 1993, consta que

(...) Foi aberto um espaço de 30' para o debate sobre o temário da Plenária Estadual da CUT. Ideli falou sobre a importância da cota no sentido da construção do espaço da classe trabalhadora; Joana fez o balanço da CUT, dizendo que a entidade é referência, no entanto corre o risco da burocratização. Célia comentou sobre as conquistas que a classe trabalhadora conseguiu através da entidade nos últimos anos. Waldir discorda radicalmente desta posição fazendo um balanço de que a CUT não tem agradado os trabalhadores, porque não tem encaminhado aos anseios e que esta plenária tem que dar novos rumos, nova direção à entidade. Renato acena que a CUT perdeu a noção de como encaminhar as propostas dos trabalhadores, perdendo espaço para outras entidades que não são representantes dos trabalhadores. Laédio acha que a CUT tem que retornar a discussão ideológica mais acentuada e que cabe a cada um de nós a responsabilidade pelos rumos da Central. Marta evidencia as dificuldades que a CUT/SC tem enfrentado, entre elas a comissão e as dificuldades financeiras e que apesar de tudo tem garantido espaço.

O SINTE/SC, por meio de suas lideranças, já vinha, na época, discutindo internamente as mudanças que a CUT estava fazendo dentro de suas propostas iniciais, o que demonstrava a distância de seus princípios originais que a fez ser construída. Porém, mesmo percebendo essa mudança, o posicionamento das correntes político-ideológicas do sindicato dos trabalhadores em educação manteve-se durante muito tempo – até 2005, quando houve uma proposta de desfiliação – apenas a crítica à postura da CUT, não pensando na sua ruptura ou alternativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vive-se no mundo do capital, em que ele estabelece uma lógica que o faz presente nas relações sociais. O trabalho é submetido ao capital. Está a seu serviço. Porém, não é apenas o trabalho que é subjugado nesse sistema, mas também todas as esferas da produção da vida; pois o que ocorre é o seu domínio nas relações

institucionalizadas que foram construídas historicamente. O capital se manifesta na totalidade internacional, infiltrando-se nos espaços das diversas particularidades estabelecidas nas fronteiras das nações e no interior da própria estrutura social. Não resta dúvida de que na lógica capitalista o indivíduo, como ser humano, é impossibilitado de se desenvolver. Não é considerado único, com suas particularidades históricas. É um consumidor em potencial e, mais do que isso, um vendedor da sua força de trabalho com potencial para reproduzir e valorizar o capital. Quando a sua força de trabalho não significa para o capitalista um “bom negócio”, o trabalhador é simplesmente descartado e colocado na estatística dos desempregados, representando uma morte súbita, já que depende da venda de sua própria mercadoria – força de trabalho – para comprar os seus meios de subsistência. O capital fortaleceu esse processo no seu modo de produção, ao dar significância à mercadoria e coisificando o ser humano. Mézáros (2002, p. 44) afirma que

Além do mais, um exame mais detalhado da estrutura interna de poder até mesmo dos países capitalistas mais avançados revelou que (...) preservaram essencialmente inalteradas as relações exploradoras de classe características do sistema do capital alienador. Apesar também de todo atordoamento teórico, a questão decisiva, que se aplica a todos os graus e categorias de trabalhadores em toda parte, era e continua a ser a subordinação estrutural do trabalho ao capital, e não o padrão de vida relativamente mais elevado dos trabalhadores nos países capitalistas privilegiados. Tais privilégios relativos podem facilmente desaparecer em meio a uma grande crise e ao desemprego crescente, como o que hoje experimentamos.

Diante desse contexto é relevante também discutir quais as reações históricas dos trabalhadores contra essa ordem social vigente, manifestando no mínimo um certo grau de inconformismo pelas condições de vida que o capital lhes impôs. As reações dos trabalhadores manifestaram-se de diferentes formas, sendo elas importantes na análise do processo de construção das lutas históricas. Porém, em razão do objeto de análise desta pesquisa e seus objetivos, aqui não cabe um estudo a esse respeito, o que não se desconsidera como necessário em outro

momento, até para ampliar o conhecimento sobre outros elementos do processo histórico que se desenvolveu a partir de séculos passados, quando começavam a se configurar as relações do modo de produção capitalista. Nesse sentido é que se está aqui pensando numa das manifestações que se constituíram no decorrer das lutas dos trabalhadores: os sindicatos. Segundo Losovsky (s/d, p.5), Marx “via nos sindicatos, antes de tudo, centros organizadores, focos de agrupamento das forças proletárias, organizações destinadas a dar-lhes sua primeira educação de classe”. Então, para Marx os sindicatos têm uma significativa importância para os enfrentamentos que a classe dos trabalhadores tem diante da burguesia. Porém, ele mesmo alertava para os limites que essa organização social possuía. No estudo sobre os limites do sindicalismo, Alves (2003) analisou vários escritos de Marx e Engels e conclui que

Segundo Marx, a atividade política (muito diferentemente da atividade sindical), é a atividade que unifica, generaliza, centraliza, concentra, articula os esforços da classe operária, em nível nacional (e internacional), visando submeter o poder dos capitalistas, e tendo como pressuposto um conteúdo programático de transformação revolucionária da produção social. Esse era o sentido instrumental de política dado por Marx. Toda atividade da classe operária que não possuísse essa dimensão política estava irremediavelmente limitada, sem eficácia para transformar as próprias condições do trabalho assalariado, em alcançar a grande meta: a emancipação econômica da classe operária. Na medida em que os sindicatos não possuíam essa dimensão política, elas permaneciam vinculadas ao horizonte capitalista, tornavam-se presas da própria lógica do movimento do capital (ALVES, 2003, p. 188).

Nesse sentido, os estudos realizados por Antunes (2005ab) são relevantes para trazer ao debate as crises que os sindicatos passaram no final do século XX e continuam a passar no início deste século. Porém, já se estabelece uma discussão no interior do próprio movimento, de lideranças sindicais e de movimentos sociais, sobre os caminhos seguidos pelo sindicalismo. Aqui pode-se destacar a construção da CONLUTAS no Brasil, considerada atualmente uma alternativa de instrumento de luta para os trabalhadores, não só para os que estão representados e/ou

organizados nas suas entidades sindicais, como também a de todos os movimentos sociais.

Se por um lado, o que se observa na realidade brasileira é uma nova recomposição das forças no movimento sindical e também social; por outro, essa recomposição é fruto de um processo que se iniciou dentro das condições materiais estabelecidas historicamente e que hoje não correspondem mais a um movimento sindical combativo. Porém, antes se constituía, de fato, como alternativa para a unificação das lutas da classe dos trabalhadores. Foi por esse motivo que a CUT se fortaleceu em seus primórdios e com a força de resistência a que se propunha diante do capital, é que ganhou respeitabilidade e confiança de todos os trabalhadores. Não é por menos que a CUT se torna a maior central sindical no Brasil e na América Latina. Muitas lideranças sindicais combativas da década de 80 tiveram papel fundamental na construção da CUT que contribuíram para que ela representasse os trabalhadores. Essas lideranças foram se articulando de tal forma que conseguiram, através das eleições para diretorias dos sindicatos, antes pelegas, constituir-se em nova diretoria com o princípio de combatividade e enfrentamento. O SINTE/SC se consolida nesse período e, por essa razão, procura estar presente também na consolidação da CUT, principalmente em Santa Catarina. Como a própria líder sindical Marta Vanelli afirmou em entrevista realizada no dia 10 de Janeiro de 2007

Eu estou em direção de CUT desde 90, ou antes, desde a CUT regional norte que foi criada em Joinville. E tem muita proximidade com a luta do SINTE e com a luta da CUT, não dá para separar. Estamos filiados desde 85, umas das primeiras entidades nacionais a se filiar a CUT. É muita história. E nós sempre tivemos uma relação direta e sempre tivemos diretores do SINTE na diretoria da CUT. Sempre tivemos como ainda temos (...) A CUT não pode contar sua história sem o SINTE e o SINTE não pode contar sua história sem a CUT, de todas as suas direções e de todos os eventos que fez (...)

Então, como observado, a relação entre SINTE e CUT foi e ainda está sendo muito forte. Uma relação que atravessou um longo período. A filiação do sindicato à

CUT esteve próxima ao período de fundação desta Central Sindical, ou seja, em 1983, demonstrando, assim, que o debate sobre a conjuntura político-econômica, que se configura num determinado contexto histórico, sempre ocorria e ainda ocorre. Trazer para análise a relação das duas entidades foi de fundamental importância para compreender os debates que se travaram em eventos significativos para o próprio SINTE/SC. Desse modo, pela análise das documentações, principalmente das teses e das resoluções dos Congressos Estaduais do SINTE/SC, fiz revelar o que se desencadeava na trajetória histórica do SINTE/SC, o qual tinha, a princípio, como referência de luta dos trabalhadores a CUT. Não é por menos que lideranças do SINTE/SC contribuíram para construir e fortalecer aquela entidade, apostando em uma organização diferenciada das demais, pois estas, segundo Boito (1991, 1999), estão atreladas e enraizadas à estrutura sindical do Estado, dificultando ainda mais o avanço das organizações de luta de classes. Com relação a isso, há muitos sindicatos que existem, mas que não são, nem de longe, um instrumento de luta para os trabalhadores, dificultando, ainda mais a união de forças com o propósito de superar o sistema que impõe as formas de exploração. Nesse viés, acredita-se que a CUT, que fazia um contraponto às outras Centrais Sindicais, como a Força Sindical, ao mudar as estratégias de ação política durante a sua trajetória, também se rende ao modo de produção capitalista. Em Tumolo (2002) essas mudanças que ocorreram na história da CUT ficam evidentes.

(...) os sindicatos e uma Central Sindical de cunho classista, mesmo reconhecendo os limites objetivos de sua atuação, não podem se eximir da tarefa de construção da revolução, sob pena de se tornarem, consciente ou inconscientemente, num apêndice do capital. Aliás, aqui reside a diferença fundamental entre um sindicalismo classista e um sindicalismo pelego ou de participação. (TUMOLO, 2002, p. 254)

Se por um lado a CUT, durante a sua trajetória, modificou a estratégia política, não enfrentando o capital e sim submetendo-se a ele, de forma que sentasse na mesa de negociação com governo e empresário; de outro, o SINTE/SC, pela análise verificada em seus documentos e também nas entrevistas realizadas com suas militantes e lideranças, está negando a forma como a CUT propõe a defesa

dos trabalhadores. Nesse sentido, fica evidente que a Central Sindical não corresponde mais, nesse momento do SINTE/SC, a uma entidade de luta contra a ordem do capital. Mesmo que o SINTE/SC ainda não tenha se desfilado da CUT, ela já não convence no seu discurso e no seu propósito de representatividade e defesa da classe dos trabalhadores como entidade combativa e de luta contra o sistema capitalista. Se no SINTE/SC existe o espaço de debate sobre essa conjuntura é porque o sindicato não está acomodado, mas sim atento às necessidades imediatas e também às perspectivas que a conjuntura lhe estabelece. O SINTE/SC está aberto aos momentos históricos – é por isso que se filiou à CUT e hoje debate sobre a sua desfiliação –, o que revela certa maturidade nos seus encaminhamentos como também a democracia estabelecida em sua estrutura. Dessa forma a entidade procura avançar nas lutas e consolidar-se como representante dos trabalhadores em educação da rede pública do Estado de Santa Catarina; ela quer estar junto com outros trabalhadores, mesmo sendo de categorias profissionais diferentes da sua, para apoiar na luta cotidiana que o capital estabelece na sociedade.

Diante do capital o trabalhador não tem muitas alternativas: submete-se a ele, deixando que lhe explore cada vez mais, o que é lamentável e sofredor; ou resiste, procurando na organização de classe amenizar as trágicas situações de precarização, o que também é desgastante e sem muita perspectiva de mudanças para a melhoria das condições de vida. Porém, a possibilidade de mudança nessa história se dará, segundo Trotsky, quando

A revolução conquistará para todos o direito não somente ao pão, mas à poesia.

ⁱ Foi presidente do SINTE/SC entre 25 de maio de 1989 e 10 de setembro de 1989. Também atuou em outras gestões como vice-presidente (1988-1989, 1989-1990, 1990-1992, 1994-1996, 1996-1998).

ⁱⁱ Presidente do SINTE/SC em duas gestões (1986-1988, 1996-1998).

ⁱⁱⁱ Presidente do SINTE/SC em uma gestão (1990-1992), também 1ª secretária do sindicato na gestão de 1988-1989, secretária de Assuntos Educacionais entre os períodos de 24 de maio de 1989 a 10 de setembro do mesmo ano e secretária de Assuntos Sindicais na gestão de 1989-1990.

^{iv} Presidente do SINTE/SC na gestão de 1990-1992, também 1ª secretária entre os anos de 1998 e 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. 2003. Limites do sindicalismo – Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru: Práxis.
- ANTUNES, R. 2003. O novo sindicalismo no Brasil. 2. ed. Campinas, SP: Pontes.
- _____. 2003. O que é sindicalismo. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 2004. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). Campinas, SP: Autores Associados.
- _____. 2005. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- _____. 2005b. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo.
- _____. 2005c. Debate sobre a Reforma Sindical e Trabalhista. Cadernos de Debate ILAESE, 1:18-22.
- BOITO JR., A. 1991. O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec.
- _____. 1999. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã.
- _____. 2002. Neoliberalismo, sistema educacional e trabalhadores em educação no Brasil. Revista Espaço Acadêmico, ano II, nº 14.
- _____. 2003. A hegemonia neoliberal no governo Lula. Crítica Marxista, 17: 10-36.
- CAMPOS, M. S. 2004. A ação política do magistério público estadual de Santa Catarina, no período de 1990-2000: uma reflexão sobre a atuação do SINTE. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.
- CONLUTAS, 2005. Conlutas realizou seu 1º encontro nacional. Conlutas, Março/abril. 3, p. 4.
- COUTINHO, C. N.[ET. AL.]; REIS FILHO, D. A. 1998. O manifesto comunista 150 anos depois: Karl Marx e Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- DAROS, M. D. 1994. Em busca da participação: a luta dos professores públicos de SC pela democratização da educação. Tese de doutorado, São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- GENTILI, P; SUÁREZ, D. (orgs.). 2004. Reforma educacional e luta democrática: um Debate sobre a ação sindical docente na América Latina. Trad. Ana Carla Ferreira. São Paulo: Cortez.
- GIANNOTTI, V. 1993. Collor, a CUT e a pizza. 2ª ed. São Paulo: Página Aberta Ltda.
- _____. 2002. Força sindical: a central neoliberal: de Medeiros a Paulinho. Rio de Janeiro: Mauad.
- IBARROLA, M.; LOYO, A. 2001. Estructura del sindicalismo docente en América Latina. In: TIRAMONTI, G.; FILMUS, D. (Coords). Sindicalismo docente e reforma na América Latina pp. 71-110, Buenos Aires: FLACSO/Temas.

-
- LOPES NETO, S. 1990. CUT por dentro e por fora. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. 1991. CUT ontem e hoje. São Paulo: Vozes.
- _____. 1993. Para onde vai a CUT? São Paulo: Páginas Aberta Ltda.
- LEITE, M. P. (Org). 1997. O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. Campinas, SP: Papyrus.
- LÊNIN, V. I. 1979. Sobre os sindicatos. São Paulo: Polis.
- LOSOVSKY, D. s/d. Marx e os sindicatos. São Paulo: Anita Garibaldi.
- MARX, K. 1996. Para a crítica da economia política. In: Marx – vida e obra. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural Ltda.
- _____. 2002. Salário, preço e lucro. 4. ed. São Paulo: Centauro.
- MENDONÇA, S. R.; FONTES, V. M. 1996. História do Brasil recente. 4ª ed. São Paulo: Ática.
- MÉSZÁROS, I. 2002. Para além do capital. São Paulo: Boitempo.
- _____. 2005. A educação para além do capital. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo.
- NOGUEIRA, A. J. F. M. 1999. Emergência e crise do novo sindicalismo no setor público brasileiro. In: RODRIGUES, I. J. (org). O novo sindicalismo: vinte anos depois. Petrópolis, RJ: Vozes.
- OPINIÃO SOCIALISTA, 2005. Maior sindicato gaúcho pára de pagar. Opinião Socialista, São Paulo, 1º a 7 dez., p.9.
- OPINIÃO SOCIALISTA, 2005. Os cem dias de greve na educação federal. Opinião Socialista, 1º a 7 dez., p.8.
- OPINIÃO SOCIALISTA, 2005. Professores na rua derrotam alckmin. Opinião Socialista, 13-19 OUT., p.9.
- RODRIGUES, I. J. As comissões de empresa e o movimento sindical. 1991. In: Boito Jr., A. (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (org). 1999. A trajetória do novo sindicalismo In: O novo sindicalismo: vinte anos depois. Petrópolis, RJ: Vozes.
- ROSA, J. B. 2001. Professoras e sindicato (1988 – 1998). Dissertação de Mestrado, Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SOUSA, M. B. 1996. Da escola às ruas: o movimento dos trabalhadores em educação. Florianópolis, SC: Editora Obra Jurídica Ltda.
- SOUZA, A. N. 1997. Movimento sindical docente: a difícil trajetória. In: Leite, M. P (org). O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. Campinas, SP: Papyrus.
- TUMOLO, P. S. 2002. Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- VIANNA, C. 1999. Os nós dos nós: crise e perspectiva coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã.